



Especialização em
**GESTÃO
PÚBLICA
MUNICIPAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ANA KATARINA PEREIRA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA PROMOÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA REGIÃO DO GRANDE RECIFE,
PERNAMBUCO

RECIFE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA PROMOÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA REGIÃO DO GRANDE RECIFE,
PERNAMBUCO

**Public Policies and Community Initiatives to Promote Food and Nutritional
Security in the Greater Recife Region, Pernambuco.**

Ana Katarina Pereira da Silva

Estudante da especialização em Gestão Pública Municipal da UFRPE

RESUMO

Este trabalho busca destacar a urgência de enfrentar a fome e o desperdício de alimentos entre a população de baixa renda no Recife. O problema, que vai além das políticas públicas, envolve questões culturais e sociais profundas. Através da análise da obra "Geografia da Fome", de Josué de Castro, e sua comparação com a realidade atual, o estudo revela como as dinâmicas históricas e sociais continuam a impactar a segurança alimentar no Recife. Utilizando uma abordagem qualitativa baseada em revisão bibliográfica e pesquisa documental, conclui-se que é crucial desenvolver políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Para gestores e formuladores de políticas, este estudo é um apelo para revisar e aprimorar as estratégias existentes. Somente com uma abordagem mais sustentável e equitativa será possível combater efetivamente a fome e o desperdício, promovendo um futuro mais justo e nutritivo para todos.

Palavras-chave: Fome, Desperdício, Sustentabilidade

ABSTRACT

This paper seeks to highlight the urgency of facing hunger and food waste among the low-income population in Recife. The problem, which goes beyond public policies, involves deep cultural and social issues. Through the analysis of the work "The Geography of Hunger", by Josué de Castro, and its comparison with current reality, the study reveals how historical and social dynamics continue to impact food security in Recife. Using a qualitative approach based on literature review and documentary research, it is concluded that it is crucial to develop more effective and inclusive public policies. For managers and policy makers, this study is a call to review and improve existing strategies. Only a more sustainable and equitable approach will be able to effectively combat hunger and waste, promoting a more just and nutritious future for all.

Key-words: Hunger, Waste, Sustainability

1. INTRODUÇÃO

Muitas pessoas estão cientes da falta de alimentos e do desperdício de comida no Brasil. No entanto, é crucial destacar que a sociedade contemporânea está imersa em práticas de desperdício que transcendem as questões sociais, acarretando impactos significativos tanto ambientais quanto econômicos. Reconhecer a magnitude desses efeitos é essencial para promover uma abordagem mais integrada e eficaz na solução dos problemas relacionados à segurança alimentar e à sustentabilidade.

Por meio dessas indagações, este artigo visa conscientizar sobre o desperdício de alimentos, principalmente ao longo da cadeia de produção, onde os principais pontos a serem considerados estão no processo de produção, transporte e armazenamento. Através dessas questões, o objetivo deste estudo é impulsionar uma análise sobre a perda de alimentos que ocorre no desperdício de alimentos e que está diretamente ligado aos hábitos de consumo.

Segundo o pesquisador Marcos Fonseca, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cerca de 30% de toda a produção de alimentos não chegará às mesas das famílias (BH RECICLA, 2021, online). Ou seja, esses alimentos serão desperdiçados antes mesmo do consumo. Além disso, o relatório "Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional do Mundo", lançado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e seus parceiros (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, Programa Mundial de Alimentos - WFP, Organização Mundial da Saúde - OMS e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF) na edição de 2023, constata que o grande problema do desperdício de alimentos está nos restos de comida que ficam no prato e vão para o lixo, bem como nos alimentos que se estragam devido ao armazenamento inadequado. Dessa forma, é possível perceber a gravidade da situação, marcada pela negligência na conservação dos alimentos e pela falta destes em alguns lares.

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em setembro de 2020, cerca de 10,3 milhões de brasileiros estavam em situação de fome, sem considerar os moradores de rua.

Nesse sentido, as dificuldades sociais se agravaram, e a atenção aos menos favorecidos tornou-se ainda mais crucial. Diante dos impactos da crise que afeta todo o país e que foi intensificada pela pandemia de COVID-19, resultando no aumento da miséria e da pobreza, o 23º Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) foi realizado em outubro de 2023 no Centro de Convenções. Esse evento, o maior de Assistência Social do Brasil, reuniu mais de 2.500 gestores do setor. A Prefeitura do Recife participou do evento e destacou que tem contribuído no enfrentamento da crise e expandido os serviços públicos sob sua gestão, incluindo a inauguração de dois restaurantes populares que fornecem, juntos, 1.700 refeições por dia, abrangendo almoços e jantares para os que vivem em situação de pobreza.

Apesar do estudo ser direcionado para o município de Recife, a gestão estadual de Pernambuco, também trabalha para minimizar o sofrimento dos mais necessitados, e promulga a Lei nº 18.432/2023, que institui o programa Bom Prato, com o objetivo de combater a fome e assegurar a alimentação adequada da população em situação de vulnerabilidade social por meio da oferta regular de refeições saudáveis para os cadastrados no CadÚnico.¹

De acordo com a publicação no Diário Oficial da Prefeitura do Recife, foi inaugurado, em 2 de abril de 2024, o primeiro Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CRESAN) de Pernambuco. Esta inauguração demonstra o compromisso no combate à fome entre os mais necessitados e promove o direito humano à alimentação nutricional adequada, conforme estabelecido na Constituição Federal. Funcionando de segunda a sexta-feira, o CRESAN está equipado com uma horta e uma cozinha apropriadas para a realização de atividades de educação alimentar. O objetivo principal é tornar-se uma referência no estímulo ao acesso regular a uma alimentação de qualidade para a população vulnerável e com insegurança alimentar.

Pela definição da ONU,

¹ O CadÚnico é um instrumento que permite ao governo identificar e caracterizar famílias que vivem com menos de um salário mínimo, e são consideradas de baixa renda no Brasil. Atualmente, o programa vem sendo implementado em conjunto com cozinhas comunitárias em toda a região.

“a **segurança alimentar** só existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva que satisfaça as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”.(ONU Brasil)

O direito à alimentação segura é básico, e é reconhecido pelo Pacto Internacional de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais,² em 153 países, inclusive o Brasil. Este direito implica em seu Artigo 11º em uma alimentação apropriada, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, assegurando a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que é essencial à vida. Direito este, reconhecido no Brasil através da Emenda Constitucional nº 64 que incluiu a alimentação entre os direitos sociais, fixados no artigo 6º da Constituição Federal de 1988.

Desde a legalização do direito à alimentação básica, essa garantia tornou-se uma ferramenta fundamental, impondo ao Poder Público a responsabilidade de assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à alimentação adequada. Portanto, é crucial entender a importância da pesquisa que analisa uma realidade paradoxal: enquanto parte da população enfrenta a fome, há um significativo desperdício de alimentos. Esta discrepância ressalta a necessidade urgente de políticas eficazes e de uma abordagem integrada para resolver tanto a insegurança alimentar quanto o desperdício.

É de conhecimento geral que o Nordeste brasileiro é considerado uma Região com condições de subalimentação, este fato já era citado por Josué de Castro em sua obra “ Geografia da Fome”, onde diz (1992, p.280):

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de um passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. Luta, em certos casos, provocada e por culpa, portanto, da agressividade do meio, que iniciou abertamente as hostilidades, mas, quase sempre, por inabilidade do elemento colonizador, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para seus planos de aventura mercantil.

² Adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966. Entra em vigor na ordem internacional: 3 de Janeiro de 1976, em conformidade com o seu artigo 27.º

A citação tem o objetivo de destacar a atualidade da problemática da fome, que persiste através de séculos de luta pela dignidade e respeito da população. Este estudo, que apresenta um panorama da cidade do Recife, compartilha reflexões sobre a questão da fome a partir da perspectiva de Josué de Castro, em sua obra *Geografia da Fome*. Natural de Pernambuco, o autor passou um extenso período na cidade do Recife, onde investigou as condições do padrão alimentar local.

Na sua pesquisa, ainda no século passado, Castro analisou moradores que viviam às margens dos mangues e nos arredores da cidade, observando um processo de urbanização desordenada e a marginalização de parte da população mais empobrecida. Na época, duas causas principais foram identificadas: as secas periódicas do sertão nordestino e os baixos salários, que impulsionaram muitos a migrar do campo para o centro urbano. A condição financeira precária desses migrantes resultava em uma vida marcada pela miséria nutricional.

Chegou-se à conclusão de que a população se alimentava basicamente de farinha com feijão, charque, café e açúcar, com pouco consumo de leite e frutas. O consumo calórico médio era baixo, cerca de 1.645 calorias diárias, quando o ideal seria de 2.640 calorias diárias para um adulto. Observou-se um elevado consumo de carboidratos, encontrados principalmente no feijão, milho e farinha de mandioca, em detrimento do baixo consumo de proteínas. Além disso, havia um déficit no consumo de lipídios, que era de apenas 13 gramas diárias, enquanto o necessário seria em média 60 gramas. O consumo de minerais, especialmente ferro e cálcio, também era muito baixo.

Com o passar do tempo, o tema da desigualdade social tem sido amplamente explorado em diversas esferas acadêmicas, revelando-se um campo fértil para o desenvolvimento de teorias, análises e discussões que abordam suas causas, consequências e possíveis soluções. O debate é incessante e traz à tona questões cruciais sobre como a desigualdade social impacta o sistema econômico, moldando uma estrutura que frequentemente prioriza o lucro financeiro em detrimento do bem-estar humano.

Essa desigualdade social manifesta-se de várias maneiras e em diferentes contextos, afetando grupos de indivíduos de formas distintas. Um dos aspectos mais

visíveis é a disparidade na distribuição de renda, onde uma pequena parcela da população acumula a maior parte das riquezas enquanto a grande maioria luta para sobreviver com recursos escassos. Esse desequilíbrio não só perpetua a pobreza, mas também limita o acesso a oportunidades fundamentais, como educação de qualidade, serviços de saúde, moradia adequada e emprego digno.

Um estudo recente no Brasil revelou que 125,2 milhões de indivíduos enfrentam algum nível de insegurança alimentar e 33 milhões lidam com a fome (Rede PENSSAN, 2022, online).

No contexto do Brasil, a fome já era denunciada por Josué de Castro, mostrando que essa problemática não é decorrente da falta de produção de alimentos e nem tão pouco de fenômenos naturais, ela tem relação direta com questões políticas e sociais .

As pesquisas de Castro destacaram a influência social e os impactos biológicos da violação do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas (Dhana) e foram fundamentais para a elaboração e implementação de estratégias de SAN no Brasil.

A SAN é definida como:

[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2016).

Segundo (ADAS, 2004), a noção de segurança alimentar está ligada à responsabilidade do Estado. Esse deve realizar ações governamentais e mudanças estruturais, como a reforma agrária, criação de postos de trabalho, redistribuição de renda, apoio à agricultura familiar, entre outras, com o objetivo de garantir o acesso de todas as pessoas sob sua responsabilidade a uma alimentação adequada.

Diante desse contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar as políticas públicas implementadas na gestão do município do Recife para combater a fome e o desperdício de alimentos. O estudo visa destacar a importância de garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade e avaliar como essas políticas contribuem para a segurança alimentar e nutricional da população. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: examinar como a administração pública da cidade do Recife está enfrentando a questão da fome e do desperdício de alimentos; incentivar a

implementação de políticas públicas que promovam hábitos alimentares saudáveis; e sugerir a criação de programas de incentivo fiscal para aumentar as doações de alimentos, assegurando uma logística ágil e eficaz.

A pesquisa que resultou neste estudo foi definida como bibliográfica e documental. De acordo com (Severino, 2007), as pesquisas bibliográficas são realizadas a partir de registros disponíveis provenientes de estudos anteriores, como livros, artigos, teses, entre outros, utilizando dados e categorias teóricas já elaboradas por outros autores. Por outro lado, a pesquisa documental utiliza documentos em sentido amplo como fonte, o que inclui não apenas documentos impressos, mas também jornais, fotos, filmes e gravações.

A finalidade deste artigo é destacar a vulnerabilidade das pessoas que moram nas periferias do Recife em relação à fome. O texto também relata o aumento significativo de chefes de família que passaram a pedir ajuda exibindo cartazes com mensagens como: "Fome, me ajude a alimentar minha família, procuro emprego"; "Preciso de comida para meus filhos"; e "Me ajude a comprar uma cesta básica". Essas situações sublinham a urgência e a importância das iniciativas governamentais no combate à fome.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da lacuna na oferta de alimentos e do conseqüente desperdício, surge uma oportunidade evidente para desenvolver uma pesquisa focada na melhoria da segurança alimentar da população recifense. O objetivo é erradicar a fome e minimizar os impactos ambientais, sociais e econômicos associados ao desperdício de alimentos. A segurança alimentar é um desafio global, como destacado por estudos que mostram a necessidade urgente de estratégias eficazes para garantir o acesso a alimentos nutritivos e sustentáveis (FAO, 2021).

Além das carências identificadas que fundamentam a pesquisa, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) se destaca como um importante referencial. A Agenda 2030 busca promover o desenvolvimento sustentável por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), incluindo o ODS 2, que visa erradicar a fome e

assegurar a segurança alimentar e nutricional (ONU, 2015). Esses objetivos são essenciais para orientar políticas e ações que promovam cidades inteligentes e sustentáveis, garantindo qualidade de vida para todos sem comprometer o meio ambiente (Sachs, 2015).

A integração de políticas públicas eficazes e a implementação de práticas sustentáveis são fundamentais para enfrentar a insegurança alimentar e reduzir o desperdício. Estudos como o de Parfitt et al. (2010) ressaltam a necessidade de melhorar a eficiência na cadeia de suprimentos e promover mudanças de comportamento para reduzir o desperdício alimentar. Assim, a pesquisa proposta busca alinhar-se com essas diretrizes globais e contribuir para soluções práticas e inovadoras no contexto local.

2.1. Consequência da fome

A fome passa despercebida aos nossos olhos. Nas estatísticas de mortalidade infantil entre os desfavorecidos, não se menciona a fome ou a má nutrição como causas diretas. São apontadas como principais causadores de óbito a pneumonia, desidratação, tuberculose, sarampo, entre outros (ZIEGLER, 2013). No entanto, é válido ressaltar que essas doenças fatais frequentemente têm como origem um corpo fragilizado pela carência de vitaminas e minerais essenciais (ADAS, 2004).

Além disso, existem fatores naturais que também contribuem para as causas da fome no Brasil, como climas secos, longos períodos de estiagem que prejudicam a produção de alimentos, além da presença de pragas e doenças que afetam as plantações, reduzindo a oferta e aumentando os preços para os consumidores finais (ZIEGLER, 2013).

Outro ponto relevante sobre a fome no Brasil é o perfil da população mais afetada por esse problema. A insegurança alimentar (IA) grave é mais comum em lares liderados por pessoas autodeclaradas negras (pretas e pardas, segundo o IBGE). Além disso, os domicílios chefiados por mulheres sofrem mais com a insegurança alimentar grave em comparação com os compostos por homens como chefes de família (Rede PENSSAN, 2022, online).

Segundo dados do IBGE, cerca de 58,7% da população brasileira, o equivalente a 125,2 milhões de pessoas, enfrenta problemas de insegurança alimentar. Essa situação é dividida em três níveis pela instituição: leve, moderada e grave³. No caso mais crítico, indivíduos chegam a passar períodos sem acesso a alimentos, ficando sem comer durante todo um dia ou em determinadas épocas do ano, o que os coloca em uma condição de extrema fome.

Estudos recentes destacam o aumento da falta de SAN, principalmente entre a parte da população com menor renda, que recebe menos de um salário mínimo mensalmente. A falta de segurança alimentar em níveis moderados e graves é mais frequente em famílias que vivem em áreas rurais, como as do Nordeste brasileiro.

Em conclusão a esta avaliação sobre os impactos da fome, destaca-se a importância do tema para futuras políticas públicas. Isso levanta a seguinte questão: Serão suficientes as campanhas de redução de desperdício, os programas de apoio financeiro e as inovações tecnológicas que promovem o aumento e a segurança na produção de alimentos para erradicar a insegurança alimentar?

2.2. O tratamento da questão “fome” pela ONU

Erradicar a fome é o objetivo principal do ODS 2, estabelecido pela ONU. A redução do desperdício de alimentos desempenha um papel crucial no alcance dessa meta, contribuindo significativamente para a segurança alimentar global. A Agenda 2030 da ONU inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dos quais o ODS 2 se destaca por seu foco em erradicar a fome, garantir a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover práticas agrícolas sustentáveis. Este objetivo é especialmente importante para atender às necessidades das populações mais vulneráveis e garantir que todos tenham acesso a alimentos nutritivos e suficientes.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em 2022, cerca de 1 bilhão de refeições foram desperdiçadas diariamente em todo o mundo, enquanto 783 milhões de pessoas enfrentam a falta de uma refeição

³ "definida como a falta de acesso regular a alimentos saudáveis e em quantidade suficiente para atender às demandas nutricionais de um indivíduo".

por dia. Esses números alarmantes não apenas prejudicam a economia global, mas também contribuem para as mudanças climáticas em curso.

Segundo Inger Andersen, diretora executiva do PNUMA, em 2022 "O desperdício de alimentos é uma tragédia global. Milhões de pessoas passarão fome hoje, enquanto alimentos são desperdiçados em todo o mundo." Além disso, de acordo com a ONU, a perda e o desperdício de alimentos geram entre 8% e 10% das emissões de gases de efeito estufa no mundo, resultando em um prejuízo estimado de U\$1 trilhão para os cofres públicos.

O tema fome se prolonga por muito tempo, no mundo. E para melhor compreender a ONU diferencia como "fome estrutural" de um lado e "fome conjuntural" do outro.

A fome estrutural (fome invisível) é própria da falta de alimentação suficiente para a sobrevivência de uma pessoa, tendo sua gravidade nos países subdesenvolvidos. A cada ano, milhões de mulheres dão à luz a crianças deficientes. Pois esta falta de nutrientes necessária provoca destruição psíquica e física, afetando a dignidade humana e causando um sofrimento sem fim.

Já a fome conjuntural (visível aos olhos) se produz quando repentinamente ocorre uma catástrofe natural – quando seca ou enchentes assolam uma região ou cidade. Nessas condições, não se pode produzir alimentos e tudo fica escasso. Esse tipo de fome é caracterizado pela sua natureza imediata e devastadora, resultando em um aumento rápido e significativo no número de pessoas sem acesso a alimentos suficientes para uma vida saudável e ativa.

A seca, por exemplo, pode devastar colheitas, reduzir drasticamente a disponibilidade de água e afetar negativamente o pasto para o gado, comprometendo tanto a produção de alimentos quanto os meios de subsistência das comunidades agrícolas. A falta de chuvas por longos períodos resulta em solos secos e improdutivos, levando à escassez de alimentos e, conseqüentemente, à fome.

As enchentes, por outro lado, podem destruir plantações, contaminar fontes de água potável e desalojar populações inteiras. Além de destruir infraestruturas críticas, como estradas e pontes, as enchentes dificultam o transporte e a distribuição de alimentos. No Sudeste brasileiro, enchentes são frequentes durante a estação chuvosa,

e as áreas urbanas densamente povoadas são especialmente vulneráveis devido à infraestrutura inadequada e à falta de planejamento urbano sustentável.

Estruturalmente, em países de climas mais quentes, como o Brasil, há uma tendência maior de descarte de alimentos por pessoa em residências. Isso pode ser explicado pelo aumento do consumo de alimentos frescos, que frequentemente produzem partes não comestíveis significativas, aliado à falta de sistemas eficazes de armazenamento e proteção dos alimentos.

2.3. Ações da Prefeitura do Recife sobre a questão da fome

A Prefeitura do Recife vem com grande empenho trabalhando para combater a fome e a insegurança alimentar. O trabalho está facilitando a administração de ações de combate à fome na cidade. Com este objetivo foi sancionada a Lei nº 19.163/2023⁴, aprovada na Câmara Municipal, que institui a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional do Município.

O principal objetivo da Lei é assegurar uma gestão mais eficiente dos programas de combate à fome e promover parcerias entre as esferas pública e privada para garantir a segurança alimentar na região urbana, principalmente da população em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, incluir na Rede os Programas Restaurante Popular⁵, Cozinha Comunitária e Cozinha Escola⁶, juntamente com o Banco de Alimentos⁷ e todos os mecanismos de incentivo à alimentação da rede socioassistencial da Prefeitura do Recife.

Em abril de 2023, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) promoveram, em conjunto, uma audiência pública na Câmara Municipal do Recife com o tema: "A Promoção de

⁴ Institui a Rede de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Recife.

⁵ Os Programas de Restaurante Popular são iniciativas governamentais implantadas em diversas cidades brasileiras, incluindo o Recife, com o objetivo de fornecer refeições nutritivas a preços acessíveis para a população de baixa renda.

⁶ As Cozinhas Comunitárias e as Cozinhas Escolares são importantes iniciativas voltadas para promover alimentação saudável, educação alimentar e inclusão social

⁷ O Banco de Alimentos do Recife é uma iniciativa essencial para combater o desperdício de alimentos e promover a segurança alimentar entre a população vulnerável, através do recebimento de doações de alimentos de supermercados, feiras, produtores rurais, indústrias alimentícias e outras fontes. Estes alimentos podem incluir frutas, verduras, legumes, grãos, carnes, laticínios, entre outros produtos.

Alimentação mais Saudável nos Ambientes Escolares". Durante o evento, especialistas debateram maneiras de adequar a oferta de alimentos nas escolas por meio de uma educação alimentar e nutricional voltada para a comunidade escolar.

O diretor do UNICEF em Recife, Dennis Larsen, ressaltou que uma alimentação adequada é fundamental para garantir os direitos à saúde, educação e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Dennis Laser, destaca:

“É preciso uma mobilização governamental e não governamental para assegurar que escolas sejam ambientes promotores da alimentação adequada e saudável para todas as crianças. Nosso objetivo, com a parceria com o Idec, é apresentar um projeto de lei modelo e apoiar com capacidade técnica e incidência para garantir esses direitos " (Dennis, 2023, online)

Segundo dados apresentados pelo (IBGE,2023), a insegurança alimentar é mais presente nas regiões Norte e Nordeste. Mesmo possuindo mais de cinquenta por cento da população com acesso adequado à alimentação em termos de quantidade e qualidade, as regiões Norte (60,3%) e Nordeste (61,2%) registraram as menores porcentagens de lares em situação de segurança alimentar. Em números absolutos, isso representa 3,6 milhões de domicílios na região Norte e 12,7 milhões na região Nordeste.

Ilustração 1: Quadro comparativo dos domicílios particulares permanentes, por situação de Segurança alimentar (%), os piores entre o Norte e Nordeste.

REGIÃO	ESTADO	SEGURANÇA ALIMENTAR	INSEGURANÇA ALIMENTAR	INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA	INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE
NORTE	RORAIMA	80%	15%	2,20%	2,90%
	TOCANTINS	71,10%	21,30%	5%	2,60%
NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	66,60%	21,90%	6,60%	4,90%
	PERNAMBUCO	62,50%	23,50%	7,50%	6,50%
Fonte: IBGE, 2023, np					

No quarto trimestre de 2023, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) revelou informações cruciais sobre segurança alimentar, incluindo o nível de escolaridade do chefe do domicílio e o grau de insegurança alimentar. Entre esses dados, destaca-se que domicílios chefiados por mulheres solteiras e negras, especialmente trabalhadoras domésticas e com baixa escolaridade, tendem a enfrentar

maior insegurança alimentar. Essa realidade tem impactos significativos na capacidade dessas famílias de garantir a alimentação necessária.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a insegurança alimentar tem sido uma preocupação crescente no Brasil. Em 2022, o relatório indicou que aproximadamente 15% da população brasileira vivia em situação de insegurança alimentar moderada ou severa. Em Recife, dados locais frequentemente refletem uma situação similar, com altas taxas de insegurança alimentar impactando principalmente as áreas mais vulneráveis (IBGE, 2023).

A PNAD Contínua de 2023 revelou que a insegurança alimentar no Brasil afetava cerca de 33 milhões de pessoas. Em Recife, as estatísticas regionais mostraram que a insegurança alimentar severa e moderada afeta uma parcela significativa da população, com uma alta concentração em bairros de baixa renda e áreas periféricas da cidade (IBGE, 2023).

A Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Desenvolvimento Social, tem registrado um aumento na demanda por serviços de assistência alimentar, como as refeições distribuídas por restaurantes populares e programas de cestas básicas. Em 2023, houve um aumento de 20% na demanda por esses serviços, refletindo um agravamento da situação de insegurança alimentar (Prefeitura do Recife, 2023 online).

Relatórios de organizações não governamentais e estudos acadêmicos sobre segurança alimentar em Recife indicam que a crise econômica e o aumento dos preços dos alimentos exacerbaram a insegurança alimentar na cidade. Estimativas locais apontam que cerca de 40% das famílias de baixa renda enfrentam dificuldades significativas para garantir uma alimentação adequada (Organizações Locais de Defesa dos Direitos Humanos, 2023).

3. METODOLOGIA

Foi utilizado o método de pesquisa descritiva e documental bibliográfica, que, conforme Severino (2007), é realizado por meio de consultas a registros e pesquisas anteriores, como livros e artigos, além de dados disponíveis em jornais.

Com o objetivo de estudar o problema da fome e do desperdício de alimentos no município do Recife, capital de Pernambuco, que possui uma área territorial de aproximadamente 218 km² e uma população estimada em 1,6 milhões de habitantes (IBGE, 2023), reconhecendo a urgência dessa questão para a população mais vulnerável, foram consultados documentos para avaliar a situação da SAN no município. Dessa forma, a pesquisa buscou se basear em informações já disponíveis para aprimorar o estudo apresentado.

Com base nas estimativas de que cerca de 32% a 35% das famílias em Pernambuco estão em situação de insegurança alimentar e considerando a população que apresenta vulnerabilidade no Recife, pode-se observar a alta taxa de pobreza e desigualdade social, que contribui para a insegurança alimentar, enfrentando diversos desafios, como desemprego, baixo nível educacional e falta de acesso a serviços de saúde impactando diretamente a situação das famílias.

A pesquisa foi conduzida em sites da Prefeitura do Recife (Portal da Transparência), no Diário Oficial do Município, nos sites do IBGE e da ONU, na plataforma Scielo, em livros adquiridos para a pesquisa e em jornais eletrônicos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fazendo uma comparação aos estudos abordados por Castro, nos anos 70, muita coisa não mudou ao longo de todos esses anos. O progresso social no Brasil, sobretudo no Nordeste, foi marcado por ações de marginalização de certos grupos sociais, especialmente os mais vulneráveis, como desempregados, sem-teto, mulheres negras e mães solteiras que lutam para sustentar suas famílias sozinhas.

No contexto do Nordeste brasileiro, essa marginalização é ainda mais acentuada devido às históricas desigualdades regionais. A região tem sido tradicionalmente uma das mais pobres do país, com altos índices de desemprego, baixos níveis de escolaridade e um acesso limitado a serviços públicos de qualidade. Essa realidade cria um ciclo vicioso onde a falta de oportunidades perpetua a pobreza e a exclusão social.

Mesmo com os avanços provenientes das lutas sociais, garantir uma alimentação adequada e saudável é um direito humano reconhecido por lei. No Brasil, esse direito está consagrado na Constituição Federal e é reforçado por diversos instrumentos internacionais dos quais o país é signatário, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Esses avanços legislativos representam importantes conquistas das lutas sociais e dos movimentos pela segurança alimentar.

Porém, apesar desse reconhecimento legal e universal, há uma tendência global de aumento no número de pessoas que sofrem com a fome, que é a forma mais grave de insegurança alimentar e nutricional. Este fenômeno pode ser atribuído a uma combinação de fatores, incluindo mudanças climáticas, conflitos armados, desigualdades econômicas, e crises políticas. As mudanças climáticas, por exemplo, têm um impacto devastador na produção agrícola, afetando a disponibilidade de alimentos e aumentando os preços. Conflitos armados deslocam milhões de pessoas, interrompendo a produção e a distribuição de alimentos e criando situações de emergência alimentar.

O objetivo desta pesquisa é promover uma reflexão mais profunda sobre a fome, evidenciando que esse problema afeta principalmente as classes sociais mais suscetíveis. Além disso, busca apresentar propostas com soluções que enfatizem a importância de políticas públicas e ações efetivas. Uma abordagem significativa é a reutilização de alimentos que, de outra forma, seriam descartados. Essa estratégia não apenas ajudaria a mitigar a fome, mas também combateria o desperdício e fomentaria a sustentabilidade. Dessa forma, pode-se trabalhar em direção a um sistema alimentar mais justo e responsável.

Para tanto, aconselha-se promover esta prática através das propostas listadas a seguir:

1. Campanhas de Conscientização:

É fundamental promover a educação alimentar por meio de campanhas nas escolas, cozinhas comunitárias, residências e comunidades. Essas iniciativas visam reduzir o desperdício de alimentos, destacando maneiras criativas de reaproveitá-los.

Ao aumentar a conscientização sobre a importância do consumo responsável, podemos contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

2. Oficinas e Workshops:

A realização de oficinas nas associações de moradores, nas escolas e nas cozinhas comunitárias onde as pessoas possam aprender receitas e técnicas para usar sobras de alimentos de forma saborosa e segura é uma alternativa para evitar o desperdício de alimentos.

3. Parcerias com Restaurantes e Supermercados:

O município deve trabalhar em conjunto com estabelecimentos para desenvolver programas de doação de alimentos em seu estado natural (*in natura*), industrializados e ou refeições prontas que não foram consumidas nem expostas. Dessa forma, alimentos que seriam descartados podem ser encaminhados para instituições de caridade ou para pessoas em estado de vulnerabilidade. Um exemplo dessa ação é o Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco (CEASA), com a ação voluntária “O Sopa Amiga”.⁸

4. Compostagem:

Ações privadas e públicas para promover a compostagem doméstica ou comunitária como uma alternativa sustentável para descartar resíduos orgânicos também é uma alternativa interessante para conter a fome ao mesmo tempo em que incentiva o cultivo familiar de alimentos. Um exemplo dessa ação é o trabalho da empresa VerdiEra Sustentabilidade.⁹

5. Aplicativos e Plataformas:

⁸ Foi criado com o objetivo de aproveitar o excedente não comercializado de produtos hortícolas, que apresentam boas condições para o consumo humano, na produção de uma sopa expressa e/ou concentrada, que é distribuída à população em vulnerabilidade social através da Unidade CEASA/Pernambuco.

⁹ Uma consultoria ambiental voltada para a melhoria da relação de todos com o meio ambiente. Seu principal foco é a compostagem e reciclagem.

Os aplicativos e plataformas online desempenham um papel importante ao conectar pessoas e seria imprescindível utilizar tais ferramentas para conectar empresas com excedentes alimentares a indivíduos ou organizações que possam precisá-los.

6. Incentivos Financeiros:

É importante que a Prefeitura ofereça incentivos financeiros para empresas que implementem práticas de redução de desperdício de alimentos. Um exemplo seria a redução de impostos municipais.

7. Inovação em Embalagens e Armazenamento:

Outra ação importante para conter o desperdício de alimentos, é o desenvolvimento de tecnologias que utilizem embalagens e armazenamento dos alimentos sem conservantes. É um campo em crescimento, impulsionado pela demanda por produtos mais naturais e sustentáveis.

A combinação dessas inovações pode não apenas melhorar a vida útil dos produtos, mas também contribuir para um futuro mais sustentável e saudável. As empresas estão investindo cada vez mais em pesquisa e desenvolvimento para encontrar soluções criativas que atendam às expectativas dos consumidores por alimentos sem conservantes e com embalagens responsáveis.

8. Legislação e Políticas Públicas:

Por fim, é essencial o apoio a políticas que incentivem a doação de alimentos e a redução do desperdício por parte de supermercados, restaurantes e outros estabelecimentos.

Essas ações podem reduzir o desperdício de alimentos, mas também ajudarão a construir um município mais sustentável e consciente.

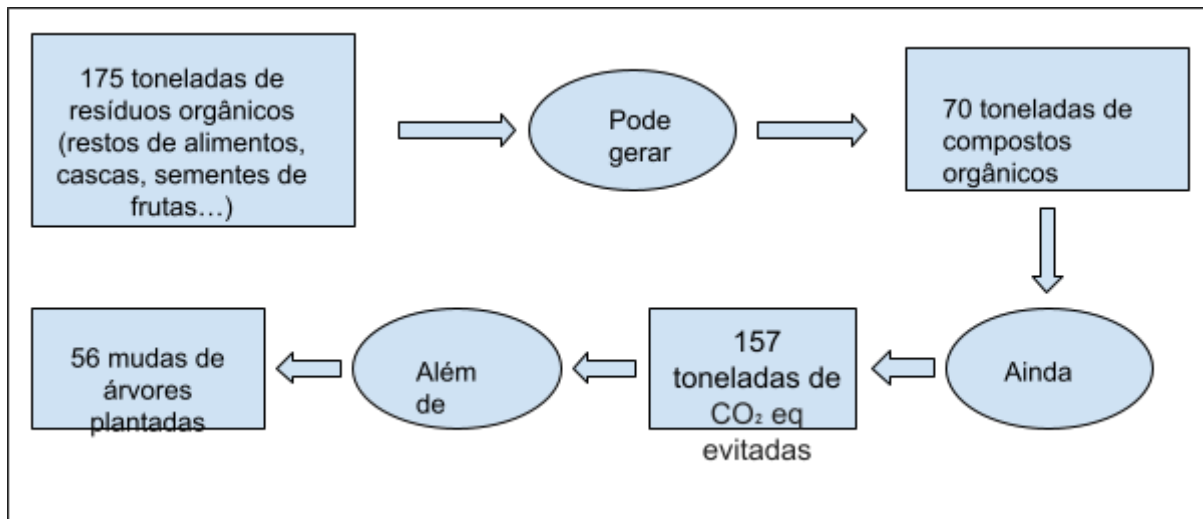
A redução do desperdício de alimentos gera uma série de impactos positivos que podem ser quantificados através de dados e estudos. Conforme, o Relatório da

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)¹⁰, são exemplos de benefícios associados à redução do desperdício de alimentos (FAO, 2021):

Benefícios ambientais:

- a) Redução das emissões de gases de efeito estufa: O desperdício de alimentos contribui significativamente para as emissões de gases como metano, que é um potente agente de aquecimento global. Reduzir o desperdício significa reduzir essas emissões e controlar a evolução do aquecimento global.
- b) Menor uso de recursos naturais: A produção de alimentos consome recursos como água, terra e energia. Reduzir o desperdício implica em um uso mais eficiente desses recursos.

Ilustração 2: Representação dos impactos de 175 toneladas de resíduos orgânicos compostados.



Fonte: VerdiEra Sustentabilidade, 2024, online

Economia de recursos: Menos desperdício significa melhor utilização dos recursos utilizados na produção de alimentos, como fertilizantes, pesticidas e combustíveis. Isso pode levar a uma agricultura mais sustentável e eficiente.

Economia financeira: Famílias, estabelecimentos de alimentação e organizações que evitam o desperdício de alimentos conseguem economizar ao não

¹⁰ Fonte amplamente reconhecida por seu rigor e credibilidade na análise do desperdício de alimentos e seus impactos, tanto a nível ambiental quanto social.

adquirir itens que poderão ser jogados fora. Ademais, os gastos com a gestão de resíduos diminuem.

Segurança alimentar: Reduzir o desperdício pode aumentar a disponibilidade de alimentos para populações vulneráveis, contribuindo para a segurança alimentar global.

Responsabilidade social: Reduzir o desperdício de alimentos contribui para aliviar a sobrecarga em sistemas alimentares que já estão sob estresse, assegurando que um maior número de pessoas consiga acessar alimentos saudáveis.

Inovação e empregos: Incentivar à inovação em práticas agrícolas, logística e tecnologias de conservação de alimentos, cria oportunidades para novos negócios e empregos no setor de alimentos.

Utilizar a água como recurso: Um projeto de irrigação em escolas pode ser uma excelente maneira de ensinar os alunos sobre sustentabilidade, conservação da água e agricultura. Criar uma horta que possa fornecer alimentos frescos para a escola e envolva os alunos em atividades práticas. Despertando a conscientização sobre a importância da água e da agricultura sustentável, incentivando à alimentação saudável e ao consumo de alimentos frescos, e também desenvolvendo habilidades práticas e trabalho em equipe entre os alunos.

Esse projeto não só promoveria o aprendizado sobre irrigação e sustentabilidade, mas também engajaria os alunos em atividades práticas e de responsabilidade social.

A Prefeitura do Recife tem se destacado na implementação de diversas iniciativas para combater o desperdício alimentar e promover práticas sustentáveis na cidade. Entre essas iniciativas, destacam-se campanhas educativas que são realizadas de forma abrangente, alcançando não apenas escolas, mas também cozinhas comunitárias e outros espaços públicos. Essas campanhas são fundamentais não apenas para conscientizar a população sobre os impactos do desperdício de alimentos no meio ambiente e na economia local, mas também para promover uma mudança cultural em relação ao consumo e à gestão de alimentos.

Além das campanhas educativas, a Prefeitura tem fortalecido programas que incentivam a agricultura urbana e a produção local de alimentos. Essas iniciativas não

apenas reduzem a dependência externa de alimentos, mas também promovem práticas agrícolas mais sustentáveis e acessíveis para os cidadãos. Ao envolver a comunidade na produção de alimentos frescos e saudáveis, a Prefeitura não só contribui para a segurança alimentar, mas também para a educação ambiental e para a promoção de uma economia mais resiliente e inclusiva no Recife.

No Recife, a interseção entre sustentabilidade e bem-estar social torna-se evidente ao abordarmos o problema do desperdício alimentar e da fome. As políticas públicas implementadas pela Prefeitura refletem um compromisso profundo em enfrentar essas questões de forma integrada, promovendo não apenas a segurança alimentar, mas também a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento social.

Em primeiro lugar, as ações voltadas para reduzir o desperdício alimentar têm um impacto direto na sustentabilidade ambiental da cidade. Reduzir o desperdício significa também reduzir a pressão sobre os recursos naturais utilizados na produção de alimentos, como água e terra arável. Além disso, ao diminuir a quantidade de alimentos descartados, o Recife contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte e decomposição desses alimentos nos aterros sanitários, promovendo assim práticas mais sustentáveis e ambientalmente responsáveis.

Por outro lado, essas iniciativas não se limitam apenas à gestão ambiental, mas também têm um impacto direto no bem-estar social dos cidadãos recifenses. Ao enfrentar o problema do desperdício alimentar, a Prefeitura não apenas busca garantir que menos pessoas passem fome na cidade, mas também promove um ambiente onde todos os habitantes têm acesso adequado a alimentos nutritivos e seguros. Isso não só melhora a saúde da população, mas também fortalece a coesão social ao reduzir as disparidades de acesso alimentar entre diferentes grupos sociais.

Além das questões imediatas de segurança alimentar, as políticas públicas que visam reduzir o desperdício e promover práticas alimentares sustentáveis também têm um impacto positivo na economia local. Incentivar práticas como a agricultura urbana e o consumo de alimentos produzidos na região, não apenas apoia os pequenos agricultores e produtores locais, mas também fortalece a resiliência econômica da

cidade ao reduzir sua dependência de alimentos importados e aumentar a autossuficiência alimentar.

Ao integrar sustentabilidade ambiental, bem-estar social e desenvolvimento econômico em suas políticas de combate ao desperdício alimentar e à fome, Recife não apenas se destaca como um modelo de boa governança e responsabilidade social, mas também traça um caminho sólido em direção a um futuro mais justo, equitativo e sustentável para toda a sua população. Essa abordagem holística promove um impacto positivo que beneficia não apenas os cidadãos, mas também o meio ambiente, reforçando o compromisso da cidade com a qualidade de vida e a inclusão social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto no presente trabalho, é possível observar que a fome é um problema social estrutural que persiste ao longo dos anos. Na cidade do Recife, a fome, como em muitas outras áreas urbanas brasileiras, pode ser um reflexo de desigualdades sociais e econômicas significativas. Embora o Recife seja uma cidade com desenvolvimento econômico e cultural, ainda enfrenta desafios relacionados à segurança alimentar para uma parte significativa de sua população. É evidente que a pobreza, o desemprego e a falta de acesso aos serviços básicos são fatores que contribuem para essa realidade.

Dessa forma, a questão da fome no município do Recife é um desafio que requer uma resposta imediata, já que a pobreza é um fator determinante da insegurança alimentar na cidade e muitas famílias de baixa renda não conseguem garantir uma dieta adequada devido à falta de recursos financeiros.

Nesse contexto, a interligação entre fome e desperdício de comida revela um cenário complexo e urgente. Enquanto muitas pessoas sofrem com a falta de alimentação, há uma quantidade significativa de alimentos que ainda é descartada diariamente, contribuindo para um uso ineficiente de recursos e agravando o problema da escassez alimentar. Assim, enquanto uma parte da população, que possui acesso a alimentos, acaba desperdiçando recursos valiosos, outra parte, em situação de vulnerabilidade social, enfrenta a realidade da fome. Essa discrepância evidencia não

apenas a ineficiência na distribuição de alimentos, mas também a necessidade urgente de promover a solidariedade e a consciência coletiva em relação ao desperdício. É fundamental que se estabeleçam políticas que conectem esses dois extremos, garantindo que os alimentos sejam aproveitados de maneira justa e equitativa.

Para combater eficazmente essa realidade, é essencial promover iniciativas que não apenas redistribuam alimentos excedentes de maneira equitativa, mas como também possam lidar com desafios persistentes na implementação efetiva de programas que garantam acesso regular e sustentável de alimentos para todos em situação de vulnerabilidade residentes do Recife. Isso só será possível através da educação e sensibilização das comunidades sobre o valor da comida e práticas de consumo responsáveis. Além disso, o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a doação, o reaproveitamento e a redução do desperdício de alimentos pode desempenhar um papel crucial na construção de um Recife mais sustentável e solidário, onde todos os cidadãos tenham acesso adequado a alimentos nutritivos e essenciais para uma vida digna.

A motivação para esta pesquisa surge da necessidade urgente de abordar a problemática do desperdício de alimentos e da fome, especialmente no contexto da cidade do Recife, capital de Pernambuco. A crescente insegurança alimentar e nutricional enfrentada por uma parcela significativa da população, aliada aos impactos ambientais e econômicos decorrentes do desperdício de alimentos, evidenciam a urgência de políticas públicas eficazes e de intervenções práticas para mitigar esses problemas.

Este estudo não apenas analisa os fatores que contribuem para o desperdício de alimentos ao longo da cadeia produtiva, mas também destaca iniciativas, tanto governamentais quanto não governamentais, que estão sendo implementadas para combater a fome e promover a segurança alimentar na região. Além disso, busca incentivar a adoção de hábitos alimentares mais sustentáveis e conscientes, assim como a implementação de políticas que favoreçam a doação e a distribuição equitativa de alimentos excedentes. Com isso, pretende-se criar um ambiente em que a solidariedade e a responsabilidade social se tornem pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

A pesquisa fundamenta-se na necessidade de compreender como a legislação vigente, incluindo a Emenda Constitucional nº 64 e outras políticas de segurança alimentar, está sendo implementada localmente. Isso implica uma análise aprofundada do papel das instituições públicas e da sociedade civil na execução e no monitoramento dessas políticas, visando promover melhorias substanciais nas condições de vida das populações mais vulneráveis. Ao explorar essa dinâmica, buscamos identificar não apenas os desafios enfrentados, mas também as oportunidades que podem fortalecer a efetividade das ações de segurança alimentar e ampliar a rede de apoio às comunidades necessitadas.

Ademais, a importância de promover uma educação alimentar e nutricional, assim como incentivar práticas sustentáveis na produção e consumo de alimentos, também motivaram esta pesquisa. Com base em uma abordagem teórica embasada em dados concretos coletados, o artigo visa não apenas informar, mas também inspirar ações concretas que possam melhorar significativamente a qualidade de vida dos habitantes do Recife, alinhando-se aos princípios da Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo não apenas enriquecer o conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também fornecer subsídios práticos e recomendações políticas que orientem decisões futuras. Busca-se, assim, promover um impacto positivo na qualidade de vida dos cidadãos recifenses e, por extensão, de toda a sociedade brasileira. Ao integrar teoria e prática, pretende-se criar um legado que contribua para a construção de políticas mais eficazes e inclusivas, favorecendo o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável.

Através desta pesquisa foi possível compreender as principais razões por trás do desperdício de alimentos na cidade, os impactos sociais e ambientais que acarretam esse desperdício, afetando tanto o meio ambiente (emissões de gases de efeito estufa, uso de recursos naturais) quanto para a sociedade (insegurança alimentar, exclusão social).

A pesquisa revela que o município do Recife, por meio de sua gestão, tem implantado políticas públicas voltadas para enfrentar o desperdício alimentar de forma eficaz. No entanto, foram identificados desafios significativos na implementação e no

monitoramento dessas iniciativas. Um dos principais aspectos a serem considerados é a necessidade de conscientização pública e educação sobre práticas sustentáveis de consumo e gestão de alimentos. Esses fatores são essenciais para promover uma mudança de comportamento que efetivamente reduza o desperdício de alimentos e fortaleça a cultura de sustentabilidade na comunidade.

Ficou evidente que uma abordagem integrada que envolva diferentes setores da sociedade (governo, setor privado, sociedade civil) é essencial para enfrentar efetivamente a problemática da fome e do desperdício alimentar.

Em suma, a pesquisa proporcionou uma compreensão abrangente das complexidades do desperdício alimentar e da insegurança alimentar entre famílias vulneráveis no Recife. Destacou-se a importância de ações coordenadas e sustentáveis para enfrentar esse desafio de maneira eficaz, enfatizando melhorias na infraestrutura de armazenamento e distribuição, incentivos para doações de alimentos excedentes, políticas de redução de resíduos e campanhas de conscientização pública.

No entanto, esta pesquisa representa apenas um ponto de partida para a resolução do problema da fome. É importante, ainda, realizar um estudo comparativo de políticas públicas e intervenções implementadas em outras cidades ou países que têm sido eficazes na redução do desperdício alimentar e no combate à fome, analisando a viabilidade de adaptação dessas políticas ao contexto do Recife e identificar as melhores práticas que poderiam ser implementadas na região.

Assim, encoraja-se desenvolver uma pesquisa mais abrangente e impactante sobre desperdício alimentar e fome no Recife, que possam contribuir para a criação de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis para a melhoria das condições de segurança alimentar na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

Castro, Josué de. **Geografia da fome: (O dilema brasileiro: pão ou aço)** / Josué de Castro, - 11. ed. - Rio de Janeiro : Gryphus, 1992 .

Food and Agriculture Organization (FAO). (2021). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. Disponível em: www.fao.org/publications/sofi. Acesso em: 10/09/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 10/09/2024

MELHEM, Adas. **A fome, crise ou escândalo?** / Melhem Adas, - 2. ed. reform. - São Paulo : Moderna, 2004. - (Coleção polêmica)

Organização das Nações Unidas (ONU). (2015). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: www.un.org/sustainabledevelopment/agenda2030/. Acesso em: 10/09/2024.

Organizações Locais de Defesa dos Direitos Humanos. (2023). *Estudo sobre Insegurança Alimentar em Recife*. Disponível em: [site das organizações]. Acesso em: 10/09/2024

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas - SDSDH JPD **Recife Reforça ações de combate à fome** . Publicado em 26/10/2023. Disponível em <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/26/10/2023/recife-reforca-acoes-de-combate-fome>. Acesso em 20 de Abril de 2024.

Prefeitura do Recife. (2023). *Relatório de Demandas e Serviços de Assistência Alimentar*. Disponível em: [site oficial da Prefeitura do Recife]. Acesso em: 10/09/2024

Sachs, J. D. (2015). *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico** - 23ª ed. Rev. e atual - São Paulo: Cortez, 2007

VERDIERA SUSTENTABILIDADE. **O destino do seu lixo pode mudar o futuro do planeta!** Disponível em: <https://verdiera.eco.br/>. Acesso em 30/06/2024.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa geopolítica da fome** / Jean Ziegler ; tradução de José Paulo Netto. - 1. ed. - São Paulo : Cortez, 2013